



José Ronaldo Mathias

A diferença como comunicação: entre o nacional, o mercado e as identidades

Resumo

Identidade e diferença, temas históricos no debate acadêmico e na dinâmica social e cultural, assumem cada vez mais significação como temas desafiadores também na sociedade contemporânea. No atual mundo globalizado fatos e circunstâncias constantes apontam conflitos os mais diversos indicando a pluralidade e a diversidade com que a sociedade hoje se estrutura. No mundo acadêmico posturas e reflexões de ontem são revisadas e atualizadas buscando dar conta interpretativa dessa mesma dinâmica social. O presente texto se coloca criticamente nesse cenário empírico e conceitual apontando em especial os desafios vinculados ao processo comunicacional que permeia esses temas e suas práticas.

Cenas da vida moderna¹

Exclusão e direitos sociais. Desde o final de outubro de 2005, ardem os automóveis e certos equipamentos sociais, símbolos dos bens de consumo duráveis e das propositalmente precárias políticas sociais. Os jovens parisienses habitantes das periferias encenam uma raiva acumulada ateando fogo pelas noites, iluminando o iluminismo francês repleto de racismos, segregações, representações de direitos, prevenções inatingíveis, escolarizações restritas à obediência, explorações, dominações, assujeitamentos. Eles incendiam os efeitos da tolerância zero, programa de direita que se transformou em política de segurança de Estado, independentemente da ideologia partidária. São jovens pobres, desempregados ou inimpregáveis, religiosos ou não, imigrantes ilegais e cidadãos franceses, ou quase. Porque na França, para os estrangeiros africanos, se é francês no plano jurídico-político, mas não no social. Isto não é uma exceção à francesa, somente a regra do Estado-nação moderno.

Combate à imigração. No dia 5 de agosto de 2005, o primeiro-ministro Tony Blair anunciou mudança das “regras de jogo no Reino Unido”, e uma nova legislação anti-terrorista. E no dia 24 seguinte, o Ministro do Interior, Charles Clark agregou à nova legislação, uma lista de “condutas inaceitáveis” que justificarão a partir de agora a expulsão de pessoas, ou a proibição de sua residência na Inglaterra. Entre as condutas proibidas estão “escrever, produzir ou publicar conteúdo provocativo, pregar ou fazer discursos públicos, fomentando, justificando ou glorificando a violência, na Internet, ou em postos como os de professor ou líder comunitário”.

Genocídio. A França foi acusada de ajudar, em 1994, o genocídio em Ruanda. Em depoimentos precisos e concordantes, testemunhas dizem ter visto os soldados do exército francês entregando tutsis amarrados às milícias hutus, es-

(1) Os casos a seguir foram selecionados das principais agências de notícias internacionais e nacionais – Reuters, BBC Brasil, Folha de SP, O Globo, O Estado etc – entre os anos de 2005 e 2006. O autor reservou-se no direito de copiar trechos na íntegra bem como alterar e reduzir os textos para garantir a compreensão das notícias.

José Ronaldo Mathias, pesquisador e professor junto ao Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes da USP.
jmathiasbr@yahoo.com.br



tuprando mulheres e matando homens tutsis refugiados na “Zona Humanitária Segura”. O Genocídio em Ruanda foi o massacre de aproximadamente 800000 Tutsis (povo da África) e alguns Hutus (povo da África) por um grupo de Hutus extremistas conhecidos como “Interahamwe” durante um período de 100 dias em 1994.

Rebelião de mulheres. Moradoras do interior da Índia lincharam estupradores e viram heroínas da causa feminista. Irritadas com o descaso da polícia e a lentidão da Justiça em punir os abusos sexuais do chefe de uma gangue de um bairro pobre da cidade de Nagpur, uma centena de mulheres invadiu a sessão do tribunal em que o acusado prestava depoimento e o linchou na frente do juiz. A polícia chegou a prender e a incriminar cinco mulheres pelo linchamento, mas elas acabaram soltas depois que outras 400 manifestantes cercaram a delegacia. Purnima Advani, presidente da Comissão Nacional das Mulheres, um órgão do governo, inocentou as agressoras e disse que o linchamento era “compreensível” dada à incompetência da polícia em prevenir os estupros. Há também o fator corporativista, arraigado na Índia: boa parte das ocorrências de estupro acontece dentro de repartições estatais, como delegacias e hospitais, envolvendo funcionários públicos.

Movimento revolucionário. Durante mais de dez anos, o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) se preparou para a luta armada nas montanhas e nas florestas de Chiapas. Mas o EZLN somente aparece para o mundo em 1º janeiro de 1994, quando milhares de seus milicianos tomam San Cristóbal de las Casas (capital do estado de Chiapas, com mais de cem mil habitantes), além das principais cidades do estado: Ocosingo, Chanaal, Altamirano e Las Margaritas. Nesse mesmo dia, o EZLN ataca o quartel de Rancho Nuevo, comandado pelo general Garrido. Próximo dali, o EZLN invadiu uma penitenciária, libertando todos os prisioneiros, a maioria índios, repetindo o que haviam feito em cadeias de outras cidades também tomadas. Nestas, as prefeituras e as rádios foram os primeiros locais a serem tomados, além das prisões, dos prédios públicos, dos bancos e de algumas empresas importantes. Portavam armas modernas potentes e comunicavam-se entre si pelo rádio. A maior parte do EZLN é composta pelas quatro etnias que habitam Chiapas: tzotziles (85.553 índios), tzetales (95.953), tojolabales (12.660) e choles (47.529). O subcomandante Marcos comandou o ataque à capital e foi o principal porta-voz do EZLN, concedendo uma entrevista coletiva internacional à imprensa em frente ao Paço Municipal ocupado.

Charge excludente. Em setembro de 2005, o jornal dinamarquês Jyllands-Posten publicou 12 caricaturas satirizando a intolerância entre os muçulmanos e islâmicos ligados ao terrorismo. Os desenhos incluem uma imagem de Maomé com uma bomba no lugar de um turbante sobre a cabeça e outra mostrando ele em um paraíso nublado dizendo a um grupo de homens-bomba envoltos em fumaça “Parem, nós não temos mais virgens!” O material foi publicado na França, Alemanha, Itália, Suíça, Espanha e Hungria. No início de fevereiro de 2006, uma dezena de homens armados apareceu nos escritórios da União Européia em Gaza, disparando armas automáticas e escrevendo o seguinte alerta “Fechado até que uma desculpa seja pedida aos muçulmanos”.

Homofobia é crime. Aconteceu no dia 27 de junho de 2006 a 10ª. Parada do Orgulho Gay de São Paulo que reuniu cerca de 3 milhões de pessoas na Aveni-

da Paulista. O evento teve desde manifestantes a favor da diversidade sexual até quem apenas buscava diversão. Conforme os organizadores da Parada, neste ano, a Companhia de Engenharia e Tráfego (CET) exigiu uma taxa de, aproximadamente, R\$ 479 mil para controlar o trânsito durante o evento. Os organizadores denunciam discriminação e privilégios a alguns grupos. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, realizou, no mesmo lugar, no dia 01 de maio, uma festa de comemoração ao Dia do trabalho, pagando uma taxa pequena, segundo os sindicalistas. Dois dias antes da Parada Gay, evangélicos também promoveram uma Marcha para Jesus e nenhum valor foi cobrado pela CET.

Todos esses fatos são indicativos de conflitos sociais, políticos, sexuais, culturais, religiosos, identitários e têm em comum a insatisfação generalizada daqueles que submetidos a condições extremas de maus-tratos rebelaram-se, responderam ou contestaram, na maioria dos casos, com violência, à situação de exclusão e de extermínio coletivizados. Eles são notícia na imprensa local e internacional que, com a justificativa de democratizar a informação entre os povos de todos os continentes, transforma o assunto em plataforma para a discussão dos direitos humanos, dá voz a grupos que querem representação identitária (gays, minorias étnicas e religiosas, mulheres etc), mas também intensifica as negociações de audiência, interesses políticos, econômicos, nacionais e corporativos. E não pára por aí. Instituições como ONU, governos, ONGs, escolas, universidades, partidos políticos, empresas e a publicidade são, cada vez mais, condutores e/ou agenciadores da questão da diferença e da identidade, seja com fins políticos, educacionais ou comerciais.

A sociedade da informação não exclui assuntos, antes, os noticiam, complexificando os interesses de classe, público e grupos culturais. Ao pulverizar, em cadeia mundial assuntos, conflitos, modas, lugares, imagens e personagens, a comunicação midiática transforma o mundo em uma aldeia global (McLuhan, 2006). O local e o internacional se cruzam e se confundem. As grandes redes de comunicação eletrônicas, iniciadas pela TV, criam um laço social invisível entre espectadores por intermédio do consumidor de imagens e informação. Para muitos pesquisadores, a mídia agenda debates, comportamentos, produzindo práticas discursivas e ações que alteram a vida da cidade e o cotidiano individual das pessoas e grupos.

Este é o ponto de partida da maioria das discussões das pesquisas em comunicação. Ao longo do século 20, grande parte da investigação teórica e mercadológica a respeito da comunicação girou em torno da inquietante e provável manipulação-efeito-influência dos meios de comunicação sobre a massa, o indivíduo, o sujeito. À medida que novas tecnologias são lançadas, rapidamente novos problemas são recolocados na tentativa de definir o sujeito da comunicação. A pergunta “quem é afinal o homem no processo de comunicação social contemporâneo” foi e é o grande norteador das pesquisas em comunicação (Miège, 2000).

Diversos estudos, situados em alguns paradigmas, forneceram, ou tentaram oferecer, respostas ou caminhos para esse questionamento praticamente fundante na esfera da comunicação social. Desde as primeiras reflexões advindas da esfera da propaganda, como a Teoria Hipodérmica (DeFleur, 1993), passando pelas teorias sobre a crítica à ciência e à cultura, e à crise da razão, sistematizadas pela Escola de Frankfurt (Wolf, 2003), e chegando aos recentes estudos de recepção,



centrados nos Estudos Culturais (Martin-Barbero, 2001), somados ainda às contribuições da Semiótica, da Análise do Discurso e de outros estudos contemporâneos o problema tem persistido. Afinal, comunicação é uma questão de cultura? de ideologia? De política? De poder? Em outros termos, o que é comunicação? E como a comunicação social a partir de suas relações com os meios de comunicação tem servido de fonte para se questionar a própria humanidade a partir das distintas mediações simbólicas e materiais que nos medeiam?

O debate tem sido profícuo, principalmente, porque o próprio campo da Comunicação Social mostra-se dependente de outras esferas do conhecimento para subsidiá-lo nesta tarefa. Assim a sociologia, a antropologia, a ciência política, a psicologia, a filosofia, entre outras esferas, têm disponibilizado conhecimento precioso para os estudiosos da comunicação. E os grandes paradigmas das ciências humanas e sociais – positivista, marxista, estruturalista e pós-estruturalista – servem de suporte para as teorias das distintas áreas.

Entre vários autores e versões sobre estas temáticas, o filósofo Gilles Deleuze estuda a diferença sob o questionamento da razão ocidental; Michel Foucault (1986; 1999a; 2000) analisa as relações entre poder-saber; Jürgen Habermas (1997; 2002) pensa sobre a esfera pública e razão comunicativa; Jacques Derrida (1996; 2004), com seu método desconstrucionista, critica o logos ocidental. Enquanto isso, outros investigam também a relação entre o advento dos meios de comunicação modernos e a formação dos estados nacionais, como Thompson (1995) e Martin-Barbero (2001) e Giddens (2002); o argentino Nestor Garcia Canclini (1999) reflete a dimensão simbólica do consumo na contemporaneidade. Charles Taylor (1994) e Axel Honneth (2003) explicam as lutas pelo reconhecimento como questionamento da modernidade e cobram o direito às minorias. Homi Bhabha (2001) estuda o estatuto do estrangeiro e as lutas de emancipação das ex-colônias asiáticas e africanas. No Brasil, o sociólogo Otavio Ianni (2004) critica a deficiência da democracia nos países latino-americanos e as demandas daí geradas pelos veículos de comunicação. Todos esses autores problematizam, direta e indiretamente, através de paradigmas distintos, a complexidade teórica de conceitos como identidade, diferença e comunicação.

Nos movimentos ativistas por reconhecimento e nas pesquisas sobre comunicação de massa, cultura popular, indústria cultural, cotidiano e recepção os temas identidade e diferença sempre aparecem, direto ou indiretamente, ligados às práticas de consumo, às manifestações artísticas e culturais, como também à cidadania e aos movimentos sociais. Descobrir o sujeito da comunicação a partir da influência dos meios de comunicação sobre as pessoas, de seus efeitos, ou das resistências, rejeições e negociações oferecidas a eles, tem sido o problema em destaque nas pesquisas comunicacionais.

O cenário dessas pesquisas é a sociedade moderna. À medida que ela se fortalece em grandes centros urbanos e industriais, regida pela lógica do capitalismo e seu principal braço a democracia, surge a figura que se tornará cada vez mais central nas esferas da comunicação e da cultura, o consumidor. Toda a produção de conhecimento, saber e informações geradas começam a recobrir a realidade social e cultural das práticas de consumo que já irão aparecer como práticas econômicas e políticas e, posteriormente, como práticas de cidadania e comunicacionais. O consumo, mais do que uma relação de compra e venda de mercadorias, vai sendo

concebido como espaço de negociação de modas, comportamentos e estilos de vida. Aos poucos, comprar deixa de significar apenas possuir bens materiais para a sobrevivência física e manutenção da vida. Os meios de comunicação tornam-se também palco de produção e reflexão de outras necessidades – as espirituais e simbólicas –, transformando a compra de mercadorias em posse de informação, imagens, fantasias e sonhos, tornando o consumidor alguém seguro e pertencente a um grupo. O consumo aparece, então, como mediação necessária para se projetar e desenvolver políticas públicas como mecanismos de inclusão e fortalecimento da cidadania, principalmente, em sociedades democráticas com problemas de inclusão social. Se o consumo pode ser entendido como uma prática de pertencimento e reconhecimento, um dispositivo (Foucault, 1984) ou, um elemento presente na esfera do mundo da vida (Habermas, 2004), sem dúvida, o termo não pode passar despercebido nos estudos de comunicação, principalmente, quando o assunto é identidade e diferença.

Identidade Crítica

Identidade e diferença apresentam-se como questões a se debater e resolver na esfera da política, ainda que na esfera midiática e mercadológica aparecem igualadas quando muito distante de conflitos. Os casos de violência e intolerância a grupos religiosos e mulheres, apresentados anteriormente, são exemplos disso. Pode-se dizer ainda que uma análise mais detalhada revelará que a grande maioria dos confrontos ocorridos nas sociedades contemporâneas duela, num certo sentido, pela posse de identidades, seja pelo reposicionamento na esfera pública de grupos identitários que permanecem à margem das sociedades através da conquista de direitos, seja pelo reconhecimento de suas identidades culturais. Nesse sentido, tais conflitos expressam também as novas estratégias políticas dos Estados para enfrentar o problema da diferença dentro e fora de seus limites geográficos, como vimos entre os países do Leste Europeu, África e Oriente Médio. A luta pela posse da identidade extrapola os limites da nação e confere a estes movimentos uma visibilidade midiática global chegando, em muitos casos, a abalar a soberania nacional. Isso porque o nó górdio da questão implica numa reorientação do sentido das identidades nacionais – em sua dimensão política, cultural e econômica – que não conseguem oferecer suporte necessário à subjetividade dos múltiplos atores em luta.

Posto isso, sabe-se que o reposicionamento das relações de poder através da identidade não é algo fácil, nem acabado, ou realizável num tempo determinado. Ou seja, ela nunca acontece em definitivo. Nada garante que este reposicionamento através da busca de pertencimento a grupos comunitários, poderá suavizar as condições de assujeitamento vividas por um grupo minoritário. Globalização, desemprego, escassez de recursos naturais, epidemias mundiais, guerra nuclear, fome são fantasmas sempre presentes na memória coletiva dos povos.

O reconhecimento, discurso com efeitos de verdade, identidade étnica, religiosa, racial, sexual, nacional, porém, pode atenuar o sofrimento, como afirmam alguns autores, pois tende a gerar melhores relações de poder. É, desse modo, que a maioria dos que buscam esse tipo de apoio, de pertencerem ao comum, encara a sua condição de vida. O esfacelamento do poder legal e político dos Estados ao redor do mundo – principalmente, nos estados subdesenvolvidos ou em desenvol-



vimento – e seu enfraquecimento ante o fluxo de capitais e ao mercado livre soa como a hora é essa para essas comunidades flageladas pelos imperativos modernos. Na verdade, a busca por uma comunidade – onde sentimentos de justiça, solidariedade, segurança se entrecruzam – tem sido construída ao revés, tanto do antigo estado-nação quanto da própria comunidade internacional. Essa busca também se consolida naquilo que Bauman (2003) chama de comunidade estética, teleguiada pela notoriedade de uma celebridade midiática, sustentada pelo senso de segurança oferecido pelos ídolos planetários do mundo da beleza. Seja como for, num caso ou noutro, é a sensação de segurança, proteção e estabilidade que tonifica a formação de grupos.

Contudo, em cada caso, pode-se dizer que essa luta trava-se conforme as condições sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais de seus atores, inclusive, as do grupo que cada um pertence. Difícil é analisar com os mesmos argumentos o caso da rebelião de mulheres na Índia, o genocídio em Ruanda. As reivindicações pelo reconhecimento de identidades culturais, por novas relações de poder, por direitos iguais – um discurso com efeito de verdade – guardam em si uma especificidade genuína, tornando-os diferentes uns dos outros. Essa disputa pelo reposicionamento de identidades, pela interpretação e satisfação das reivindicações, historicamente, não cumpridas é a luta pelos direitos legítimos, nos quais as minorias estão envolvidas em busca de dignidade, reconhecimento e justiça distributiva.

Um cenário deste tipo evidencia variações da abordagem do tema da identidade e sua relação com a diferença, seja nas representações da identidade na mídia, seja nos debates acadêmicos. Se por um lado esses episódios incendeiam a tradição iluminista por outro a partir da própria lógica do capitalismo tais acontecimentos acabam incorporados pelos programas de inclusão promovidos pelos Estados ou equacionados pelo gerenciamento da diferença pelos comandos do consumo. No plano da comunicação social, os processos de identificação sociais promovidos pelo consumo confirmam as afirmações das identidades estampadas em slogans descartáveis, formadores de comunidades de agrupamentos estéticos.

As identidades nacionais, também, deparam-se com a pluralidade de suas culturas, de crenças, de condições de assujeitamento. Dolorosamente, percebem-se entrecortados por uma variedade de antagonismos, fundamentalismos, divisionismos de todos os tipos. Os governos gerenciam entre si, dentro e fora de suas fronteiras, a heterogeneidade de identidades que representem suas concepções de verdade a partir de seus domínios nacional, cultural, econômico, político. Muitos dos confrontos contemporâneos e das explosões identitárias, no entanto, pleiteiam à centralização de elementos reconhecedores das identidades, por compreendê-las como algo naturalizável, estável, essencialista, Bhabha (2003). Essa compreensão torna-se muitas vezes autoritária por se fechar sobre uma posse perigosa de suas próprias práticas demandando um reconhecimento que sempre retoma aquilo que se é, ou se representa para os outros. Identidade é entendida, contemporaneamente, não como um conceito essencialista, mas estratégico e posicional. Nas palavras de Hall (2000, p. 108) “Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As

identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.”

Questões para a Comunicação Social

Essa torre de babel enuncia um novo olhar sobre a questão da diferença e da identidade na contemporaneidade, cabendo-nos perguntar: Por que a atualidade do termo diferença? Pode-se afirmar que ela representa uma nova forma de identidade? Pode-se ainda dizer que a diferença não mais se expressa, necessariamente, como uma manifestação da exclusão? E sim como forma de pertencer a um comum em crise?

Se a resposta a estas perguntas for afirmativa, a noção de diferença pode parecer apaziguada pelo pertencimento através da construção identitária. Porém, se a resposta for negativa, o problema toma outro rumo e duas questões aparecem: A diferença pode ser uma estratégia gerenciadora de identidades e, portanto, mecanismo permanente de controle do Estado? Se for abolida a idéia de representação identitária e reconhecimento será possível a formação de um consenso racional na esfera política de participação?

As políticas de reconhecimento e práticas de pertencimento parecem reduzir a diferença à identidade, já que ao representá-la em hábitos, comportamentos, estilos de vida e grupos corre-se o risco, novamente, de enquadrar, caracterizar, padronizar o que é tido como instável, na pretensão de tornar visível as características mais particulares e pessoais de cada um, que só fazem sentido quando sujeitas à revelação. Sejam num caso, seja noutro, desconfia-se que a diferença continua a se encontrar numa encruzilhada histórica: pertencer, resistir ou participar? Vários olhares pavimentam esse caminho em sentidos muitas vezes contraditórios.

Os pensadores da chamada ‘filosofia da diferença’, Michael Foucault, Giles Deleuze e Jacques Derrida problematizam a diferença a partir do distanciamento da identidade, e esta vista em seu sentido clássico, desde os gregos até o pensamento cartesiano. A crítica recai sobre a impossibilidade de articular diferença com identidade, e não reduzir seu suporte explicativo a questões de reconhecimento, ou nas palavras de Deleuze, de reconhecimento da diferença. Tal significado busca semelhanças entre diferença e identidade e retorna o debate para a tese da emancipação humana como lugar de uma identidade universal. As identidades nacionais encaixam-se, guardadas as distinções conceituais, como mecanismos, dispositivos, de controle do Estado moderno.

Além do mais, na contemporaneidade, o estar junto social também é interpretado pelas mediações da política, do direito e das práticas culturais, num constante jogo de articulações do poder quando não de cooptação do outro pelos grupos dominantes. Verifica-se como a questão foi abordada pelo Estado, a partir do período moderno, tanto em teses de autores brasileiros como Florestan Fernandes, Raymundo Faoro e Otavio Ianni, quanto em outros autores como Frantz Fanon ao colocar a questão sob o foco do subdesenvolvimento, da dependência ou da carência de consciência nacional. Nas palavras de Fanon (2006, pag.508), “A fraqueza clássica, quase congênita da consciência nacional dos países subdesenvolvidos não é somente consequência da mutilação do homem colonizado pelo regime colonial. É também o resultado da preguiça da burguesia nacional, de sua indigência (...)”.



Entre as teorias encontradas no âmbito da Comunicação Social, a diferença e a identidade foram tratadas pela Teoria Crítica, pelos Estudos Culturais e pelo Multiculturalismo. O pensamento Crítico vai de encontro a todo pensamento identitário, metafísico e cartesiano já que estão orientados por uma racionalidade instrumental reducionista e excludente. A vertente culturalista dos estudos expõe a inexistência de uma identidade dotada de uma razão unificada, porém construída por mediações culturais, tais como, a mídia, o sexo, o consumo, a religião, o bairro, a torcida ou qualquer outra que possibilite o estar junto. Falar da diferença, nesse sentido, é falar das localizações corporais estigmatizadas na superfície dos movimentos sociais, das manifestações públicas de grupos de excluídos organizados ou de tendências de consumo. Os estudos e as sociedades multiculturais reconhecem os modelos de espaços nacionais e suas dificuldades em conviver com a diferença e denunciam a falência do projeto moderno em sua dimensão filosófica, política-econômica e cultural.

Finalmente, os debates sobre a diferença também recaem sobre a questão do reconhecimento que se torna problemático quando fornece instrumento para separar e desagregar. Ele deve ser compreendido como direito de todos procurarem a estima social em condições de igualdade. Ai reside seu estatuto; porém a guerra pelo reconhecimento, nestes termos, conforme diz Bauman (2003, 74) prepara os combatentes para a absolutização da diferença. E, além disso, a prática da diferença quando ausente do direito à redistribuição, tem pouco a dizer. “O reconhecimento do ‘direito humano’, o direito de lutar pelo reconhecimento, não é o mesmo que assinar um cheque em branco e não implica aceitação a priori do modo de vida cujo reconhecimento foi ou está para ser pleiteado. O reconhecimento de tal direito é, isso sim, um convite para o diálogo no curso do qual os méritos e deméritos da diferença em questão possam ser discutidos e (esperemos) acordados, e assim difere radicalmente não só do fundamentalismo universalista que se recusa a reconhecer a pluralidade de formas que a humanidade pode assumir, mas também do tipo de tolerância promovido por certas variedades de uma política dita ‘multiculturalista’, que supõe a natureza essencialista das diferenças e, portanto, também a futilidade da negociação entre diferentes modos de vida.”

Em face de tudo que foi dito, pode-se pensar na impossibilidade de reconhecer a diferença porque nos espaços modernos e contemporâneos de participação – cidadania, mídia, pelos pertencimentos – esses mediações foram se organizando através de uma dinâmica redutora da diferença. Essa organização tem se sustentado em práticas fornecedoras de identidade, representáveis midiaticamente. Se isso sinaliza novas formas de estar junto, também apontam para um espaço profícuo da pesquisa comunicacional.

Bibliografia

APPADURAI, Arjun. **Disjunção e diferença na economia cultural global**. In: FEATHERSTONE, Mike (org). **Cultura global. Nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BAUMANN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2005.

- _____. **Comunidade. A busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1998.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte : UFMG, 2001.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos.** Rio de Janeiro : UFRJ, 1999.
- _____. **Culturas Híbridas.** São Paulo : Edusp, 2000.
- _____. **Diferentes, desiguais e desconectados.** Rio de Janeiro : UFRJ, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo : Paz e Terra, 1996.
- _____. **A sociedade em rede.** São Paulo : Paz e Terra, 2005.
- DeFLEUR, Melvin L. **Teorias da comunicação de massa.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1993.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição.** 2ª. Edição. Rio de Janeiro : Graal, 2006.
- DERRIDA, Jaques. **A farmácia de Platão.** São Paulo : luminuras, 1977.
- _____. **Margens.** 1976
- _____. **De que amanhã.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2004.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** In: ISHAY, Micheline R. (org). **Direitos Humanos, uma antologia.** São Paulo: Edusp, 2006.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro.** 11ª. edição. São Paulo : Globo, 1995, v I, II.
- FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade.** São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e história dos sistemas do pensamento.** Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2000.
- _____. **Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1986.
- _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro : Graal, 1984.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro : DP&A, 2005.
- _____. **Da diáspora.** Belo Horizonte : UFMG, 2001.
- HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1985.



- IANNI, Octavio. **O pensamento social no Brasil**. Bauru, SP : Edusc, 2004.
- _____. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo : Ática, 2000.
- MOREIRAS, Alberto. **A exaustão da diferença**. Belo Horizonte, MG : Editora UFMG, 2001.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo : Editora 34, 1999.
- SOUSA, Mauro W. **Tese de doutorado A rosa púrpura apresentada a ECA-USP**, 1986
- _____. **Sujeito o lado oculto do receptor**. São Paulo : Brasiliense, 1995.
- _____. **Revista Novos olhares**. São Paulo : ECA-USP, Ano II, n.3, 1999.
- STAM, Robert, ELLA, Shohat. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo : Cosac & Naif, 2006.
- TAYLOR, Charles.(Org). **Multiculturalismo**. Lisboa : Instituto Piaget, 1994.
- WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.